Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Trabalho de Campo, Migrações e Marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia

Carlos de Almeida Toledo
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
catoledo@usp.br

Heinz Dieter Heidemann
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
heideman@usp.br

Camilla Milene Sales Reis
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
camillareis@usp.br

Vinicius Teotonio Lucena
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
vini.lucena@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Trabalho de campo, migrações e marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia

Resumo

Este artigo apresenta a perspectiva pedagógica e teórica mobilizada na disciplina optativa Migrações e Trabalho, do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, desenvolvida em parceria com o Grupo de Trabalho de Campo da seção local São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em 2026. A disciplina propõe em seu programa dois trabalhos de campo, um na metrópole paulista e outro no sertão mineiro, e busca enfrentar duas questões centrais ao ensino de Geografia na graduação: os efeitos da precarização dos servidores do ensino superior público e a relação disso com a participação ativa dos estudantes em seu processo de formação; e a necessidade de uma reflexão crítica sobre os deslocamentos migratórios, mobilizando a perspectiva marxista da Mobilidade do Trabalho. Metodologicamente, o trabalho articula três eixos de revisão bibliográfica: o debate sobre a questão migratória, contemplando textos clássicos e as particularidades do processo de imposição do trabalho no Brasil; a discussão sobre a precarização da educação superior e seus efeitos sobre a Universidade de São Paulo; e a disputa em torno do trabalho de campo na Geografia, articulada ao relato da experiência da disciplina, organizado a partir de três momentos (pré-campo, campo e pós-campo). A partir dessa articulação entre revisão teórica e relato de experiência, o artigo discute os avanços e limites da proposta diante do contexto de precarização das universidades públicas e de retração das perspectivas teóricas críticas, refletindo sobre suas contribuições para a formação de pesquisadores na Geografia.
Palavras-chave: Trabalho de campo; Ensino de geografia, Migrações; Mobilidade do trabalho; Marxismo.

Fieldwork, Migrations, and Marxism: Theoretical-Methodological Reflections on Research Training in Undergraduate Geography Education

Abstract

This article presents the pedagogical and theoretical approach adopted in the elective course Migration and Labour, offered by the Geography program at the University of São Paulo and developed in partnership with the Fieldwork Working Group (GT) of the São Paulo local section of the Brazilian Association of Geographers (AGB) in 2026. The course syllabus includes two fieldwork activities, one in the São Paulo metropolis and the other in the 'sertão' of Minas Gerais, and seeks to address two issues central to undergraduate Geography education: the effects of the increasing precarization of public higher education staff and their relationship with students' active participation in their own educational process; and the need for critical reflection on migratory movements through the Marxist perspective of the Mobility of Labour. Methodologically, the article brings together three strands of literature review: the debate on the migration question, encompassing classical texts and the specificities of the process of imposing labour relations in Brazil; the discussion on the precarization of higher education and its effects on the University of São Paulo; and the debate over the role of fieldwork in Geography, connected to an account of the course experience structured around three stages (pre-fieldwork, fieldwork, and post-fieldwork). By bringing together theoretical review and an account of this experience, the article discusses the advances and limitations of the proposal in the context of the precarization of public universities and the declining influence of critical theoretical perspectives, reflecting on its contributions to the training of researchers in Geography
Keywords: Fieldwork; Geography education; Migrations; Labour Mobility; Marxism.

A formação do pesquisador na Geografia e o surgimento de uma proposta teórico-pedagógica para pensar as migrações

O presente trabalho busca discutir os fundamentos teórico-pedagógicos que norteiam a disciplina optativa Migrações e Trabalho, oferecida no curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em articulação com o Grupo de Trabalho (GT) de Campo da seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). O programa da disciplina para o ano de 2026 previu a realização de dois trabalhos de campo, um na metrópole paulista e outro no sertão mineiro.

A proposta desenvolvida a partir dessa experiência procura enfrentar duas questões que atravessam o processo de ensino e aprendizagem nas universidades públicas brasileiras, sobretudo no que diz respeito à formação de pesquisadores na Geografia.

A primeira diz respeito à desproporção numérica entre docentes e discentes no ensino superior e o caráter da participação dos estudantes no processo de formação. Nas últimas décadas, as universidades públicas brasileiras passaram por avanços que ampliaram o acesso de setores da população que historicamente estavam afastados desse âmbito (Costa e Silva, 2019). Para que essa conquista se tonifique mais, ainda é necessário disputar a ampliação das estruturas universitárias e do quadro docente. Essa luta não pode ser adiada, tendo em vista o seu papel em atenuar a sobrecarga do trabalho docente, fator que dificulta a construção de relações de ensino nas quais os estudantes possam assumir uma posição ativa em seu próprio processo de formação.

Em um contexto no qual predominam aulas com baixo engajamento, a pesquisa e a participação dos estudantes acabam encontrando dificuldades para se constituir como parte do cotidiano da graduação. No nosso entendimento, este problema se manifesta de forma mais latente na realização dos trabalhos de campo, nos quais alunos e professores partem de uma territorialidade concebida, pressuposto e resultado da formação acadêmica, na expectativa, não raramente frustrada, de assumir uma relação ativa com outras territorialidades.

A segunda questão se refere à necessidade de desenvolver uma reflexão crítica e radical sobre os processos migratórios e, consequentemente, sobre a subordinação do sujeito ao trabalho na sociedade capitalista. A questão migratória tem sido abordada por diferentes

perspectivas teóricas, muitas das quais tomam a mobilidade como um fenômeno natural, focando apenas dar atenção a sua distribuição espacial, suas causas imediatas ou sua gestão. A perspectiva da Mobilidade do Trabalho, de base marxista, permite problematizar essa abordagem ao considerar a produção histórica das condições que tornaram os sujeitos móveis como proprietários de mercadorias, em especial da mercadoria força de trabalho no interior da sociedade capitalista (Leite et al, 2017). Nesse sentido, a mobilidade não é tomada como uma característica natural dos indivíduos nem como um fenômeno que possa ser compreendido apenas a partir de decisões individuais ou de políticas de planejamento (Gaudemar, 1977). Ou seja, a mobilidade se qualifica historicamente como subordinação dos distintos corpos aos processos de valorização (Vainer, 1984).

Esse suporte teórico permite pensar a relação entre particularidade e totalidade a partir das diferentes formas que vão da coação direta ao disciplinamento para o trabalho nas territorialidades analisadas. No caso das migrações, essa abordagem possibilita investigar as condições históricas que produzem a mobilidade e as formas particulares pelas quais os sujeitos são inseridos nos processos de reprodução da sociedade capitalista, uma totalidade em processo de territorialização do capital, composta por territorialidades particulares com diferentes padrões de reprodução mediados por mercadorias e dinheiro.

É justamente aí que se reivindica o potencial teórico-pedagógico dessa disciplina no enfrentamento dessas duas questões que abalam o ensino superior contemporâneo e que até o momento se aparentam independentes. A bibliografia do curso de Migrações e Trabalho não consiste, nesse sentido, em pinçar os textos que subsidiam nosso argumento, mas busca oferecer as bases para refletir criticamente a própria formação do pesquisador como trabalhador da ciência e as mediações sociais da universidade pública, manifestas em suas orçamentos. À medida em que permite questionar as categorias por meio das quais as relações capitalistas são apreendidas e representadas, o curso propõe identificar a formação e produção dos sujeitos pesquisadores como parte constitutiva das relações capitalistas, embora estes sejam comumente entendidos como figuras autônomas, externas, à realidade investigada (Heidemann, 2010), autonomização dada sua remuneração pelos orçamentos da ciência.

Os trabalhos de campo são, assim, fundamentais para que o estudante contraponha as categorias mobilizadas previamente com as particularidades investigadas, refletindo sobre uma realidade que também incide sobre sua corporalidade, em um confronto contínuo que o permite reformular os termos da pesquisa. Escrevemos, portanto, em defesa de um ensino que estimule a construção de uma crítica radical da sociedade capitalista e das suas categorias fundamentais. Esta posição implica na construção de propostas de trabalho de campo que não se limitem ao levantamento de informações sobre os lugares visitados, mas que se constituam como momento de investigação. Esta, por sua vez, deve partir das territorialidades particulares e dos sujeitos que as produzem e reproduzem, permitindo que o confronto com suas determinações concretas também coloque em questão e reformule a elaboração teórica do pesquisador.

Essa proposta vem sendo construída e reformulada desde 2002, quando o professor Heinz Dieter Heidemann ministrava disciplinas que incluíam atividades de campo tanto na metrópole quanto no sertão mineiro, entre elas Trabalho de Campo I e Migrações e Trabalho. Esta última foi posteriormente retomada pelo professor Carlos de Almeida Toledo do Departamento de Geografia da USP. A retomada da disciplina ocorre em um contexto no qual algumas das questões que estiveram presentes em sua formulação inicial assumem novas dimensões. O aumento do número de estudantes por turma sem a reposição do quadro docente na mesma proporção e a perda de espaço de perspectivas teóricas críticas reformulam as condições de formação dos estudantes e as possibilidades de realização dos trabalhos de campo na graduação.

A articulação da disciplina com o GT de Trabalho de Campo da AGB-SP foi uma das estratégias encontradas para lidar com as frustrações que afetam a construção do trabalho de campo. O GT tem desenvolvido discussões sobre a realização dessa prática na Geografia e sobre as condições em que essas atividades são incorporadas ao processo de formação. A aproximação com a disciplina permitiu criar um espaço de diálogo e também um ambiente de intervenção concreto nas turmas de graduação. Partindo dessa parceria, buscamos discutir as metodologias empregadas nos trabalhos de campo e pensar formas de oferecer aos estudantes maior responsabilidade sobre as diferentes etapas da pesquisa.

Para dar conta dessa discussão, organizamos esse artigo em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutiremos as condições de realização da pesquisa e do ensino de Geografia nas universidades públicas, sobretudo na USP. Posteriormente, também será abordado o potencial da perspectiva teórica mobilizada na disciplina para a formação crítica na interpretação da subordinação do sujeito ao capitalismo, o que inclui a própria condição de reprodução enquanto pesquisador. Na segunda, apresentaremos as estratégias adotadas na disciplina, organizando a análise em torno de três etapas, a saber: o pré-campo; o campo e o pós-campo. E, por fim, na conclusão refletiremos sobre os avanços e as limitações propiciados pela proposta teórico-pedagógica apresentada, tendo como referência a temática da migração e as discussões marxistas.

Pressupostos teórico-pedagógicos para a construção da proposta

As condições do ensino-aprendizagem nas universidades públicas e seus efeitos sobre o trabalho de campo

Desde o início do século XXI, o modelo de ensino superior brasileiro passou por transformações, dentre as quais é necessário demarcar uma grande conquista. As reformas implementadas nesse período ampliaram o acesso às universidades públicas, promovendo uma maior democratização do ensino superior público. Entre as principais mudanças, é de se destacar a implementação das políticas de cotas e de outras ações afirmativas, o aumento do investimento público em educação e a expansão do número de vagas nas instituições federais e estaduais (Costa e Silva, 2019). Tais transformações são experimentadas de forma bastante concreta na realidade das salas de aula do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, cada vez mais diversas, com a presença de sujeitos historicamente marginalizados que encontraram nos recursos destinados à permanência estudantil a oportunidade de formação no ensino superior.

É necessário demarcar que essa conquista ainda se encontra em processo, sendo necessário ampliar a luta para reivindicar a manutenção dos direitos que já existem, a expansão das políticas afirmativas e dos auxílios que garantam a permanência dos estudantes. Ressalta-se

também a necessidade de expansão do quadro docente na mesma proporção em que ocorre a inclusão de novos estudantes, de forma a possibilitar aos profissionais condições de trabalho estáveis e aos estudantes uma formação crítica de qualidade.

A situação atual das universidades públicas é atravessada por desafios e ameaças à carreira docente, o que coloca em xeque a capacidade de formação crítica dos estudantes em diversas áreas, como a Geografia Humana, vinculada a uma formação crítica que não apresenta uma aplicabilidade considerada "eficaz" e "técnica" em setores altamente rentáveis. As estratégias por trás dessas ameaças são muito bem pontuadas por Costa e Silva (2019), professoras de universidades federais que realizam uma denúncia sobre o que denominam estabelecimento do "neoliberalismo acadêmico" no Brasil, um desdobramento, no ensino superior, das novas formas organizacionais desencadeadas por um capitalismo que responde a crises.[1]

As autoras, a partir das elaborações de David Harvey (2014), denunciam como o ensino público tem sido disputado por uma nova concepção de universidade que preza, entre outras características, por colocar o empreendedorismo como princípio a ser difundido e precarizar as relações de trabalho dos seus servidores. Promove-se, assim, o corte de custos desenfreados com a gestão de pessoal e a priorização dos investimentos em setores rentáveis. As autoras apontam para a expansão de uma fórmula de gestão neoliberal que inclui a "mudança nas regras da remuneração, o aumento de horas-aula semanais em função da avaliação, o aumento do número de alunos em relação aos docentes, com o objetivo de tornar as organizações universitárias mais eficientes" (Costa e Silva, 2019, p. 6).

Tais elementos estão presentes e se agravam cada vez mais na situação da carreira docente na Universidade de São Paulo, embora os próprios gestores da universidade reconheçam que a USP foi uma das instituições mais privilegiadas no repasse orçamentário. Agopyan e Toneto Júnior (2015), atores diretamente vinculados à gestão do orçamento da

[1]Camilla Costa e Sueli Silva, ambas pesquisadoras do campo da Administração, realizam um esforço de leitura de conjuntura, buscando analisar o novo modelo de educação superior à luz dos circuitos de reprodução do capital. Para isso, incorporam à análise uma noção de totalidade, considerando também a onda internacional de implementação de medidas neoliberais. Assim, as autoras analisam como as novas características da universidade pública, embora tenham avançado ao tornar o seu acesso mais acessível à população marginalizada, não decorreram apenas das lutas dos movimentos estudantis e sociais, mas também do alinhamento do governo brasileiro à agenda neoliberal (Costa e Silva, 2019).

Universidade de São Paulo nessa nova etapa[2], reconhecem que, enquanto várias universidades federais sofreram um desequilíbrio entre os repasses recebidos e a expansão das instituições de ensino, a USP manteve uma posição relativamente privilegiada[3]. Desde 1989, quando o repasse à universidade passou a corresponder a um percentual fixo da arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo, a USP foi uma das instituições de ensino superior que melhor conseguiu conciliar a assim chamada autonomia universitária à expansão da universidade e à manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa, segundo os próprios autores.

No entanto, o quadro de funcionários públicos se manteve pressionado pelo produtivismo, pela redução do número de servidores, pelas ameaças à progressão na carreira e pelas demais tendências denunciadas por Costa e Silva (2019). Esse novo cenário, contudo, é celebrado pelos gestores da Universidade de São Paulo como uma conquista, tendo em vista sua defesa de uma "gestão bastante conservadora" cujo principal alvo é o corte de gastos com servidores. Nos termos dos próprios autores, a "elevação das despesas com pessoal" seria responsável pela quase totalidade do "desequilíbrio financeiro" da universidade (Agopyan e Toneto Júnior, 2015, p. 27). Esses gastos decorreriam do crescimento do número de servidores técnicos e docentes, mas, sobretudo, daquilo que denominam "política de acelerada valorização dos recursos humanos". É justamente nesse ponto que chama a atenção a maneira como os autores apresentam medidas como o Plano de Cargos e Salários dos servidores não docentes, a progressão na carreira docente, a política de ganhos reais de salários e o aumento dos benefícios diretos, como vale-alimentação e vale-refeição (p. 29). Aquilo que, sob o nosso ponto de vista, deveria ser encarado como manutenção das condições de vida dos servidores é apresentado pelos gestores como algo a ser evitado.

[2] Vahan Agopyan foi vice-reitor da Universidade de São Paulo entre 2014 e 2017 e reitor entre 2018 e 2022. Rudinei Toneto Júnior foi coordenador da Administração Geral da USP entre 2014 e 2016 e coordenador do Escritório de Desenvolvimento de Parcerias da USP entre 2018 e 2022. Assim, a exposição dos argumentos de ambos evidenciar uma coerência com os princípios políticos de gestão do orçamento público por pelo menos oito anos da universidade.

[3] Os autores apresentam como o Decreto 29.598 estabeleceu o repasse de um percentual fixo das receitas do ICMS de São Paulo para as universidades estaduais, concedendo-lhes maior autonomia financeira. A manutenção desse percentual permitiu uma concorrência menor pelos recursos repassados pelo Tesouro do Estado, visto que, anteriormente, os valores eram definidos anualmente por meio de disputas orçamentárias. Esse cenário possibilitou, entre 1995 e 2013, um crescimento real de 111% nos repasses do Tesouro para a Universidade de São Paulo, o que contribuiu para um maior equilíbrio financeiro entre o aumento das despesas decorrentes da expansão da universidade e suas receitas (Agopyan e Toneto Júnior,2015).

Diante disso, a estabilidade da carreira docente e a manutenção das condições de vida dos servidores deixam de ser tratadas como aspectos essenciais da universidade, enquanto os gestores provocaram medidas focadas no desempenho que se alinham exatamente à fórmula neoliberal denunciada por Costa e Silva (2019). Nas palavras dos próprios autores, "foram suspensas as contratações de novos servidores técnico-administrativos, concluiu-se a segunda etapa do processo de progressão na carreira, suspendendo-se a terceira etapa, e foi cancelada a distribuição de cargos docentes realizada em dezembro de 2013" (Agopyan e Junior, 2015, p. 30). Assim, aquilo que os gestores apresentam como necessidade de equilíbrio financeiro se realiza mirando a precarização das condições de trabalho e progressão de carreira dos servidores[4].

A partir da nossa experiência nas turmas de Geografia da USP, é possível afirmar que essas medidas contribuíram diretamente para a consolidação de uma dinâmica unilateral de ensino. Os professores passaram a enfrentar uma carga de trabalho maior, com mais aulas a preparar, avaliações a corrigir e discentes a orientar, além da pressão pelo produtivismo acadêmico. Paralelamente, a participação dos estudantes no processo de aprendizagem foi reduzida pelo tempo limitado de interação direta com o professor. Isso vem favorecendo um ensino predominantemente expositivo e pouco dialógico, que, em alguns casos, transforma o estudante em mero consumidor e reprodutor do discurso docente. Nesses casos, a tendência é que os alunos assumam um papel passivo, recebendo informações sem espaço para a formulação própria ou o aprofundamento crítico, enquanto a avaliação, marcada pela violência de seu caráter classificatório, apenas valida ou não esse processo de formação acrítica por meio da aprovação ou reprovação.

No caso da Geografia, notamos como essa característica afeta especialmente a realização dos trabalhos de campo, tradicionalmente associados a essa área do conhecimento. Historicamente, essa prática foi compreendida como uma oportunidade de articular a

[4] A intenção dos gestores é clara no que tange à priorização da "produtividade" (vulgo sobrecarga dos servidores docentes e técnico-administrativos), disfarçada como uma proposta de remuneração baseada em mérito, que Agopyan e Toneto Júnior (2015) apresentam como "valorização profissional" (p. 24). Assim, se destinariam os recursos salvos para áreas mais tecnológicas e valorizadas, que, aí sim, sob os princípios políticos destes, é o que garante a manutenção da educação de qualidade.

experiência empírica aos conceitos teóricos discutidos em sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico (Kayser, 2017). Na situação atual, as atividades externas tornam-se onerosas, contribuindo para que o trabalho de campo assuma um caráter mecânico e reproduza abordagens que não exercitam a autonomia e a capacidade de reflexão crítica. Nessa dinâmica, atribui-se exclusivamente ao docente a responsabilidade de despertar o interesse pelo processo de ensino-aprendizagem, enquanto o estudante é frequentemente colocado na posição de carimbar, nos lugares visitados, conceitos previamente apresentados em sala de aula. Seu corpo e sua experiência são, assim, subordinados a uma concepção prévia da Geografia, em uma atividade na qual pouco se interroga, questiona ou reformula o conhecimento mobilizado.

Com as limitações orçamentárias para a realização dos trabalhos de campo, sua organização enfrenta barreiras logísticas que resultam em experiências cada vez mais curtas e superficiais. No desenvolvimento dos programas da disciplinas, têm sido obrigatório equilibrar, além da revisão bibliográfica, os custos e o tempo envolvidos nos deslocamentos, assim como na manutenção de grupos grandes, o que vem impossibilitando a realização de atividades mais complexas e a proposição de trajetos mais longos. Como consequência, a própria experiência de concepção, realização e reflexão crítica sobre o trabalho de campo tende a ser precarizada, comprometendo a qualidade da pesquisa e, por consequência, da formação do geógrafo.

Defendemos, no entanto, não ser possível abrir mão da prática de campo. Nessa atividade, além de entrar em contato com territorialidades distintas, torna-se possível refletir sobre as categorias que organizam a reprodução social, mas que se encontram naturalizadas. A prática envolve também interrogar a própria posição do pesquisador, aparentemente externo à realidade estudada, e reconhecer os limites da pesquisa e da universidade diante dos processos sociais investigados, sobretudo a partir do arsenal teórico do curso de Migrações e Trabalho.

Nesse curso, o confronto entre a situação do investigador e a do investigado assume uma importância particular. O trabalho de campo permite investigar as formas históricas de produção dos sujeitos para o trabalho e sua subordinação aos processos de acumulação do capital nas territorialidades estudadas (Vainer, 1984). Ao mesmo tempo, coloca em questão as

condições materiais da própria formação do pesquisador, cuja reprodução também depende do dinheiro e da mediação da mercadoria (Heidemann, 1998). Abre-se margem para refletir como o estudante que investiga as condições de mobilidade e subordinação de outros sujeitos não está, portanto, situado fora das relações sociais que procura compreender. Embora ocupe uma posição particular nesse processo, sua própria formação está submetida às determinações da sociedade capitalista.

Assim, julgamos que o potencial da proposta teórico-pedagógica desse curso também nos permite ir além da discussão das condições da universidade pública e da implementação do projeto neoliberal atribuído exclusivamente às políticas de governo. Sob essa perspectiva reside parcialmente o argumento de Costa e Silva (2019) para explicar a inserção das políticas neoliberais e de suas fórmulas de gestão, que precarizam a formação crítica[5]. Não se trata de desconsiderar as transformações promovidas por essas políticas, mas de avançar na compreensão das determinações que atravessam a própria atuação do Estado e as condições de reprodução da universidade pública.

As disputas por orçamento, as limitações à expansão das estruturas universitárias e a precarização das condições de ensino também não podem ser compreendidas reduzidas como resultado de escolhas políticas mal-intencionadas ou de uma gestão racional dos recursos, conforme afirmam os gestores, embora seja do nosso interesse escancarar a perversidade das estratégias adotadas por eles. É necessário questionar também a aparente autonomia do Estado, que financia as instituições de ensino e é frequentemente tomado como instância soberana à qual caberia assegurar as condições de reprodução da universidade pública.

Como aponta Kurz (1995), o Estado não constitui uma esfera independente das relações sociais capitalistas. Sua existência e suas possibilidades de atuação estão vinculadas às formas sociais que constituem a sociedade produtora de mercadorias. A reprodução da

[5]As autoras contribuem de maneira interessante para uma discussão ancorada na noção de totalidade, ou seja, sem reduzir o neoliberalismo a um discurso ou a relações de dominação objetivas e desarticuladas, trazendo para a análise a crise enfrentada pelo sistema capitalista. Partindo disso, elas se dedicam a denunciar como as agendas dos governos historicamente vinculados à esquerda não estiveram desvinculadas dessa agenda neoliberal. Embora concordemos com as contradições apontadas pelas autoras entre os avanços e os entraves enfrentados pelos governos progressistas nos últimos anos, nossa contribuição está em reforçar que não basta disputar o controle do Estado por meio do governo, tendo em vista os próprios limites dessa instituição. A subordinação dos governos de esquerda à agenda neoliberal seria, para nós, um exemplo claro desses limites.

máquina estatal depende das condições de reprodução dessa sociedade e permanece submetida às contradições da valorização do valor. Sua capacidade de intervir, distribuir recursos e sustentar políticas de expansão da educação encontra limites nas próprias determinações da sociedade capitalista. Essa compreensão permite deslocar a crítica da educação de uma explicação centrada exclusivamente na esfera política e na primazia da ação estatal. Assim, o trabalho de campo no curso de Migrações e Trabalho busca provocar o discente a articular a realidade empírica observada à sua própria determinação, à da universidade e à do Estado.

O trabalho de campo como procedimento de pesquisa e o problema da articulação entre empiria e totalidade nas migrações

A prática do trabalho de campo exige a reflexão sobre as distintas perspectivas teórico-pedagógicas que orientam as perguntas de pesquisa e definem como os dados empíricos obtidos nas fontes são articulados a uma explicação mais geral do objeto investigado.

O geógrafo Bernard Kayser (2017) aborda essa relação entre totalidade e particularidade por meio da articulação entre sistema e subsistemas, fundamentando o propósito especificamente geográfico do trabalho de campo na capacidade de realizar uma análise totalizante a partir de uma fração reduzida do espaço. Com isso, contrapõe-se à tradição das monografias que isolavam a observação empírica da paisagem, tratando uma região como um todo fechado em si mesmo. Sua proposta é que o geógrafo deve ir ao campo com uma hipótese de trabalho, o que pressupõe formação teórica, e que esta deve ser tensionada com os problemas e conflitos que estão no cerne do cotidiano das pessoas, articulando as informações obtidas com a interpretação mais geral da formação social de modo a dar sentido para a análise do subsistema local (Kayser, 2017).

A reivindicação do plano da totalidade, ou, ao menos, de uma perspectiva considerada holística, perpassa a história do pensamento geográfico. No entanto, embora reivindique uma perspectiva totalizante, Kayser não explicita qual é a totalidade em questão nem como ela se constitui e se manifesta nos fragmentos territoriais particulares. Essa lacuna é central para a discussão aqui proposta, uma vez que, na perspectiva endossada pela disciplina de Migrações e Trabalho, esses fragmentos são mediados pelo dinheiro e pela mercadoria e apreendidos em

campo como expressões da territorialização do capital e da forma como esta subordina os corpos dos trabalhadores.

Embora seja difícil esgotar essa discussão neste trabalho, recorremos às contribuições da Crítica do Valor-Dissociação (Kurz, 2005; Kurz, 2014; Scholz, 2009), que realiza uma leitura própria do marxismo. Interessa particularmente a elaboração de Scholz (2009) em *Forma Social e Totalidade Concreta* para pensar os limites de uma apreensão abstratamente dedutiva da sociedade capitalista. A totalidade não pode ser tomada como um conjunto de determinações gerais que se realizam de maneira equivalente em cada particularidade. Sua apreensão exige considerar o desenvolvimento histórico das relações sociais, suas dimensões culturais e as formas concretas pelas quais a sociedade se reproduz. Isso implica reconhecer que a particularidade não é idêntica à totalidade e tampouco pode ser reduzida a uma ilustração de suas determinações. A relação entre ambas precisa ser investigada em suas mediações, considerando como as determinações sociais mais gerais se realizam em condições históricas e territoriais específicas, mas também como o confronto com essas condições pode tensionar as formulações teóricas inicialmente mobilizadas. Mais adiante, demonstraremos como essa preocupação com a mediação entre particularidade e totalidade foi trabalhada nas atividades dos grupos da disciplina.

É tendo isso como pressuposto que o curso de Migrações e Trabalho é organizado para propor uma reflexão crítica sobre quais são as categorias fundamentais do capitalismo e porque estas nem sempre são evidentes nas relações imediatas. Atribui-se uma maior centralidade na imposição do trabalho e na formação do sujeito monetário que se reproduz a partir do dinheiro e da mercadoria e sua relação com os fenômenos migratórios particulares, sobretudo, através da problematização das produções científicas, culturais e institucionais que tomam a migração como objeto. Essa problematização aparece tanto na leitura crítica da bibliografia, como também nas atividades de campo, nos diálogos com pesquisadores da área e na aproximação com instituições que trabalham com migrantes.

Esse movimento busca apresentar o espectro de questões referentes à imposição do trabalho e a migração nas suas territorialidades particulares, propondo uma reflexão de

totalidade em processo, a territorialização do capital, que tematiza a migração como fenômeno socialmente constituído cujo conteúdo não é sempre o mesmo no tempo e no espaço.

Para tanto, o conteúdo se inicia com um texto de referência para essa abordagem, Kurz (2005), que historiciza a migração como processo moderno e nega a possibilidade de compreendê-la como constante antropológica, reivindicando a necessidade de articular a observação empírica do fenômeno à capacidade de teorizar sobre o movimento de totalidade do desenvolvimento do capitalismo a nível global.

Isto porque, com a modernização, a prática da migração desempenha um papel importante na transformação de territórios e populações inteiras, resultando na produção de sujeitos desenraizados e coercitivamente mobilizados para o trabalho em um contexto de expansão do capitalismo. A migração atual, por sua vez, possui um sentido distinto e não pode ser pensada apenas como resultado de processos de formação do capitalismo nos diversos contextos nacionais, e sim como reação à crise da revolução tecnológica e à supressão do trabalho produtivo no capitalismo, sobretudo, a partir da metade do século XX. Esse processo é interpretado como condição coercitiva que atua sobre o trabalhador e que provoca o aumento dos fluxos migratórios direcionados não mais às colônias, e sim às metrópoles (Kurz, 2005).

Com base nesta apresentação inicial da perspectiva teórica que historiciza a migração, a abordagem do curso passa a problematizar, com base na leitura da bibliografia obrigatória, como são realizadas as pesquisas sobre migrações, quais seus métodos e quais seus pressupostos implícitos. Um dos trabalhos discutidos com os alunos é o clássico do demógrafo Ernst Georg Ravenstein (1885). O autor tem os procedimentos metodológicos de seu estudo provocados ao pretender estipular leis da migração exclusivamente a partir dos dados quantitativos do censo demográfico do Reino Unido de 1881. Ravenstein, desse modo, acaba por naturalizar o migrante como sujeito econômico que compara vantagens e desvantagens entre os pontos do espaço e desloca-se para o ponto onde julga auferir maiores benefícios e menores custos, de modo que, no efeito composto, a mobilidade espacial atua como fator corretivo de desequilíbrios espaciais (como veremos adiante, perspectiva criticada por Vainer, 1984).

Este procedimento revela o limite da naturalização do trabalho como variável explicativa, o que faz Ravenstein tratar a "população excedente" como dado *a priori*, sem historicizar o processo de expropriação e imposição do trabalho que a produzem e, portanto, sem revelar o papel da violência na formação de uma reserva de acumulação primitiva que não pode ser explicada pelo livre jogo de mercado que Ravenstein pressupõe para a migração no geral. Ao excluir de partida a migração compulsória de suas leis, Ravenstein obscurece a tensão sujeito/objeto que permeia o deslocamento da força de trabalho sob o capital, conforme debatido por Gaudemar (1977).

Outro autor abordado criticamente é Max Sorre, geógrafo francês reconhecido, que apresenta uma proposta metodológica que normatiza como o fenômeno migratório deve ser abordado pela Geografia (Sorre, 1984). Para o autor, a migração deve ser pensada como expressão da mobilidade do ecúmeno, entendido como espaço terrestre habitado e humanizado cuja extensão é definida pela tensão entre o arraigamento ao solo e o deslocamento humano. A população é pensada sempre em relação ao seu complexo geográfico local, e este interpretado como fechado em si, de modo que a permanência é definida no equilíbrio em relação ao meio (como sinônimo de reprodução da população) e sua mobilidade definida na correção do desequilíbrio em relação a este mesmo meio (como sinônimo de crise de sua reprodução). Este esquema impede a Sorre de compreender como, na sociedade capitalista, a mobilidade dos sujeitos é imposta como condição da reprodução do capital (Gaudemar, 1977).

Assim, ao tratar do ecúmeno como totalidade que abstrai a mercadoria como relação material e necessária para explicar o mundo, Sorre (1984) naturaliza a tendência à mundialização como um germe inscrito no humano desde os tempos pré-históricos, sem tematizar o movimento moderno do dinheiro que unifica, de forma fetichista, as diversas possibilidades de relação ecológica em uma única totalidade contraditoriamente articulada.

Perpassa em ambos os autores, por diferentes caminhos, a caracterização da migração como mecanismo de regulação de desequilíbrios espaciais, como fenômeno físico de deslocamento de corpos sujeitos a forças de repulsão e atração, separada das determinações sociais e históricas que tornam a migração possível. Em Gaudemar (1977), essa ideia é criticada como axioma da economia política, que postula a liberdade dos indivíduos como princípio que

implica na sua mobilidade perfeita como trabalhadores, posto que estariam livres para vender sua força de trabalho quando e onde bem entenderem.

Com a crítica às perspectivas que naturalizam a migração, o programa do curso opera uma virada para tratar dos autores que bebem do marxismo no tratamento dos processos migratórios. Na crítica de Gaudemar (1977), a libertação para o trabalho é repensada como aspecto contraditório do funcionamento do modo de produção capitalista, de modo que o trabalhador tem de ser pensado como livre em um duplo sentido: para vender sua força de trabalho onde bem entender e, por outro lado, "liberto" em relação aos meios de produção e, portanto, obrigado a vender sua força de trabalho como única alternativa. Uma vez que essa mobilidade é produzida social e historicamente, o axioma da "liberdade do indivíduo", do sujeito inteiramente dono do seu destino, revela-se um postulado apologético que escamoteia as coerções que lhe são impostas pela procura de emprego e, consequentemente, tematiza a migração como exercício mais pleno da liberdade individual frente a condições tomadas como externas ao sujeito.

A questão é desdobrada em Vainer (1984), que observa como essa postura é reflexo de uma tradição de pesquisa sobre migrações que naturaliza a migração como uma categoria autônoma dotada de leis próprias e objetivas, tornando-se incapaz de reconhecer como a "questão migratória" é historicamente determinada, sendo produzida e conduzida por discursos e práticas políticas sobre o corpo do migrante que integram o processo de reprodução das relações de produção capitalistas.

O debate proposto pela disciplina busca explicitar, portanto, as consequências para a construção do conhecimento geográfico ao se tomar a migração como um dado empírico autônomo e regido por leis objetivas plenamente acessíveis ao observador, ao modo do positivismo.[6] Ao conduzir-se desta forma, o pesquisador valida cientificamente, de forma acrítica, as mesmas categorias de apreensão da realidade dos discursos que visam disciplinar e reproduzir a população como força de trabalho, ocultando as coerções que incidem sobre o corpo do migrante.

[6]Como já ironizava Marx "Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (MARX, 2017, p. 880).

Diante dessa contradição, a proposta teórico-pedagógica deste artigo parte do entendimento de que a formação crítica para a pesquisa em Geografia não se resume ao domínio de metodologias de coleta e tratamento de dados. A construção do conhecimento exige também a reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos que orientam a investigação, permitindo aos discentes questionar categorias consagradas e desnaturalizar concepções que atravessam diferentes campos da Geografia, inclusive aqueles que não têm a migração como objeto específico.

Dada a passagem pela tradição clássica da produção científica sobre a migração e pela crítica marxista àquela, o curso dá entrada a textos que permitem refletir historicamente como a formação dessa totalidade mediada por mercadoria e dinheiro é contraditoriamente fragmentada em distintos contextos territoriais que revelam processos de formação da mobilidade do trabalho que não condizem com a fábula neoclássica sobre as migrações.

Em Alencastro (2000), a mobilidade do trabalho explicitamente forçada é tematizada a partir da escravidão no Atlântico Sul, pensado como território cujas duas margens se completavam em um único sistema de exploração colonial lusitana, mas cujo momento da reprodução da força de trabalho por meio da captura de escravizados na África encontrava-se apartado em relação ao momento da produção de gêneros tropicais na América rumo à Europa.

Com Francisco de Oliveira (1977), a discussão avança para compreender como a internalização da reprodução da força de trabalho no contexto pós-colonial esteve vinculada à formação de regiões fechadas, nas quais violência econômica e extraeconômica se encontravam fundidas. Nelas, o acesso do trabalhador à terra e a possibilidade de se apropriar de parte do preço de venda de seu produto não eliminavam a sujeição a relações de dominação, uma vez que parte desse valor era apropriado como tributo pelas personificações de uma violência ainda não autonomizada. A constituição dessas relações, nas quais a coerção se exercia diretamente por meio de figuras como o coronel, detentor de patente da Guarda Nacional, podia aparecer aos contemporâneos como ausência ou insuficiência do Estado, quando, na verdade, expressava uma forma particular de exercício desse poder. Essas relações precederam a formação de um mercado nacional de trabalhadores assalariados.

Com a modernização, as regiões são finalmente abertas, com o papel decisivo do planejamento estatal, de modo a gestar uma quantia massiva de migrantes nacionais rumo ao trabalho assalariado nas metrópoles industriais em formação, sobretudo São Paulo, como observa Singer (1975). Permanecem coexistindo de forma articulada, todavia, formas de imposição da mobilidade do trabalho que não se explicam como relação tipicamente assalariada, conforme análise de Martins (1986) acerca do migrante temporário que vive a duplicidade do trabalho assalariado da produção capitalista, no lugar de destino, e o trabalho familiar da produção camponesa, no lugar de origem.

Por fim, uma terceira etapa da discussão é aberta para debater as migrações contemporâneas a partir da perspectiva da crise do trabalho na sociedade capitalista. Para tanto, o curso coloca em debate o trabalho de Daniel Giavarotti (2016) que qualifica as mudanças no exercício da mobilidade do trabalho na periferia de São Paulo como superação negativa do trabalho assalariado. O autor parte da experiência dos migrantes de primeira geração, incorporados ao parque industrial paulistano como trabalhadores assalariados, cujos salários não cobriam os custos totais de reprodução da força de trabalho, recorrendo então à autoconstrução de moradias em lotes sem infraestrutura básica e à organização em associações de bairro. A pesquisa discute, então, as transformações implicadas na transição para a geração dos filhos de migrantes que não encontram as mesmas condições de inserção produtiva que seus pais em função da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias com a modernização dos processos produtivos na esfera fabril.

Entretanto, esta população tornada prescindível para a valorização do capital encontra nos imóveis herdados da família novas estratégias de sobrevivência em resposta à escassez de trabalho formal através, principalmente, da verticalização dos lotes originais como forma de amortecer custos de reprodução e liberar poupanças para práticas como o microempreendedorismo, prestação de serviços, comércios locais ou atuação em ONGs. A crise das expectativas de ascensão via trabalho formal coloca a juventude periférica em uma luta constante entre o mercado informal e precarizado, iniciativas de assistência social e a atração do circuito da criminalidade e tráfico de drogas. O Estado, por sua vez, passa a atuar

predominantemente como gestor da população redundante para o capital por meio do encarceramento em massa e do controle policial ostensivo.

Por fim, cabe ressaltar a contribuição de Heidemann (2004, 1998). Uma vez apresentados os debates da Crítica do Valor-Dissociação, da Mobilidade do Trabalho e da crise estrutural do capitalismo, bem como suas implicações para a autonomia dos sujeitos e do Estado, os textos do autor permitem apontar criticamente duas tendências presentes no campo migratório.

A primeira diz respeito às práticas de pesquisa e às formas de mobilização política centradas na reivindicação de direitos para os imigrantes, tendo o Estado como agente mediador. Sem desconsiderar a relevância imediata dessas reivindicações, a crítica do autor recai sobre os limites de uma perspectiva que não questiona o caráter violento do mercado e a subordinação do próprio Estado às relações econômicas. A luta pela efetivação de direitos em condições dignas pode, assim, permanecer circunscrita à busca por uma forma menos violenta de inserção nas relações de trabalho, sem questionar os fundamentos sociais que tornam essa inserção coercitiva. A dissolução desses direitos não pode ser compreendida só como resultado de decisões políticas ou da intervenção estatal, pois também dizem respeito a uma consciência social que positiva e naturaliza a subordinação econômica do trabalho, restringindo a crítica à reivindicação de condições mais dignas para sua realização. Nesses termos, a vulnerabilização crescente dos imigrantes não pode ser atribuída exclusivamente a ascensão do neoliberalismo ou a atuação do Estado, uma vez que a própria mobilidade se constitui em um processo histórico violento (Heidemann, 2004).

Outro ponto de crítica levantado por Heidemann (1998) que nos interessa, refere-se à posição do pesquisador e à tendência de interpretar as categorias econômicas como dados naturais, colocando-se, ao mesmo tempo, como sujeito externo ao objeto investigado. A investigação exige questionar os próprios fundamentos que tornam a mobilidade uma necessidade social e condicionam as possibilidades de reprodução dos sujeitos. Para isso, o pesquisador precisa reconhecer que não é imparcial nem está situado fora do objeto que procura compreender, pois também participa das relações sociais que constituem a sociedade moderna. Tanto o cotidiano dos migrantes quanto a produção científica são atravessados pela

razão econômica, o que ajuda a compreender por que a pesquisa pode reproduzir as mesmas categorias que organizam a realidade investigada, tomando como pressupostos naturais justamente as relações que deveria interrogar.

Proposta pedagógica da disciplina

A discussão bibliográfica e a preparação para os trabalhos de campo

Apesar de apresentar uma carga teórica bastante extensa, a disciplina adota uma metodologia pedagógica que tenta evitar somente aulas expositivas e conteudistas, incorporando dinâmicas de grupo, seminários, debates de textos e momentos voltados à preparação do trabalho de campo. Em geral, a primeira parte da aula é reservada à introdução da temática, seguida da organização dos estudantes em pequenos grupos de debate, de modo a priorizar um engajamento com os textos e reduzir o constrangimento que pode ocorrer em discussões coletivas com turmas grandes.

Na segunda parte da aula, realiza-se uma plenária para a socialização dos principais pontos trazidos pelos grupos. A partir dessas discussões, o professor propõe novas provocações e contribui com seu próprio fichamento e experiência de leitura. Esse momento também concentra, quando necessário, um teor mais expositivo, dependendo do nível de envolvimento e participação dos estudantes e da exigência de exposição mais detalhada dos fundamentos teóricos. Ainda nessa etapa, há espaço para articular o conteúdo teórico ao trabalho de campo, já programado, sugerindo possíveis temas e perspectivas que podem ser explorados nessa atividade.

Em determinados momentos, a primeira parte das aulas passa a ser reconfigurada para favorecer uma melhor compreensão do trajeto que será realizado. Nessa etapa, podem ser convidados ex-alunos, monitores e pesquisadores que já possuem experiência com a atividade, acumulam materiais e fontes de pesquisa, e compartilham com os estudantes considerações, sugestões e informações sobre os locais a serem visitados em campo.

Já no início da disciplina, propomos que a maior parte das atividades seja organizada em grupos, tanto nas dinâmicas de aula, como já mencionado, quanto na formação dos grupos

de pesquisa que atuarão no trabalho de campo. Com isso em mente, os estudantes ganham tempo para se agrupar segundo afinidades, temas de interesse e perfis de engajamento, o que contribui para a construção de configurações mais estáveis e coerentes ao longo do trabalho de campo. Essa organização não segue critérios rígidos quanto ao número de integrantes, mas orientamos para evitar tanto os grupos excessivamente grandes, que tendem a reproduzir a passividade individual nas discussões coletivas e distribuição de funções, quanto os grupos muito pequenos, que podem restringir o compartilhamento de experiências, debates e diálogos.

Interessa chamar a atenção para um momento específico das aulas pré-campo, quando são apresentados os locais a serem visitados e as problemáticas que sustentam a tese geral que orienta a atividade. Tem centralidade nessa fase o estímulo para que os grupos formulem uma pergunta de pesquisa a ser analisada de forma autônoma durante o trabalho de campo. É importante que essas questões partam dos interesses dos próprios estudantes, mas que também debatam (e não apenas reafirmem) as provocações teóricas da disciplina e que se posicionem no interior da tese geral do campo.

Ao elegerem o tema de interesse e as perguntas que os subsidiam, há uma interação entre docente, monitores e discentes em sala de aula para orientá-los a refletir sobre métodos de pesquisa, identificar possíveis fontes e interlocutores, construir roteiros etc. Esse movimento começa nas aulas pré-campo e culmina na elaboração de um projeto de grupo, que contém um plano de atividades que é reelaborado e aprimorado à medida que a pesquisa avança e a realidade concreta do campo se impõe, demandando a reformulação dos termos das perguntas e das estratégias.

Abaixo na tabela 1 apresentamos exemplos de temas formulados no ano de 2025. São essas questões que devem ser exploradas nos momentos de autonomia previstos em partes do roteiro do trabalho de campo, nos quais não há uma estrutura rígida do que será desenvolvido (ver tabela 2).

Tabela 1: Grupos de pesquisa formados no trabalho de campo do ano de 2025.

Membros	Tema proposto	Membros	Tema proposto
5	Transição Rural-Urbana e Reconfiguração do Trabalho: Uma Análise da Modernização do Campo e a Ascensão do Assalariamento em Morro da Garça	6	Genealogia, riqueza da terra e relações de poder na questão migratória
6	O êxodo rural juvenil e a reconfiguração do campo em Garça – MG	7	Como a substituição do Cerrado por monocultura de eucalipto alterou o espaço, as relações de trabalho
7	A modernização da violência e a violência da modernização no Morro da Garça.	2	Mobilidade do Trabalho e Expropriação Espacial: um estudo sobre o cotidiano no Morro da Garça (MG)
6	Crise do trabalho e silvicultura no Morro da Garça	8	População idosa e migração de retorno
8	Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais	2	"O recado do sertanejo": do Sertanejo Raiz ao Agronejo no Morro da Garça

Fonte: arquivos da disciplina (2025). Organizado pelos autores.

Observando a tabela acima, é possível identificar que os temas de alguns grupos estabelecem relações explícitas com os fundamentos teóricos da mobilidade do trabalho discutidos na disciplina. Em outros casos, os títulos das pesquisas não tornam essa relação imediatamente evidente. Mais adiante, iremos explorar como os grupos intitulados *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* e *A modernização da violência e a violência da modernização no Morro da Garça* elaboraram e reformularam suas questões a partir da experiência em campo e da interlocução com a perspectiva da mobilidade do trabalho. A partir desses exemplos, buscamos demonstrar como objetos de pesquisa diversos também podem expressar-se articuladas com a proposta teórica da disciplina.

A metodologia que propomos também tem contribuído para estimular o desenvolvimento de habilidades de pesquisa que preparam os estudantes para projetos futuros, como monografias de Trabalho de Graduação Individual (TGI), projetos de mestrado, artigos acadêmicos, entre outras possibilidades. Assim, o trabalho de campo funciona não apenas como uma formalidade da disciplina, mas também como uma base de acúmulo de experiências, habilidades e materiais que podem dar origem a investigações de maior fôlego, conforme ocorrido em anos anteriores.

Outra questão que merece destaque, está na possibilidade de participação dos alunos na concepção e organização dos dois trabalhos de campo da disciplina. Desde 2026, essa construção passou a contar com a articulação do GT de Trabalho de Campo da seção local São Paulo da AGB, com reuniões semanais na sede da entidade. Os GTs da AGB constituem espaços de reflexão, construção de posicionamentos e intervenção na sociedade. Nesse caso, a aproximação com a disciplina permite unir o debate sobre a precarização do trabalho de campo nas universidades públicas à construção coletiva de alternativas para seu enfrentamento concreto. Os estudantes são convidados a participar dessa organização, contribuindo para a reformulação dos objetivos, procedimentos, roteiros e demandas práticas necessárias à realização dos campos, podendo ainda propor intervenções para os momentos das atividades que englobam a turma toda e não somente seus grupos de pesquisa.

Procedimentos adotados nas atividades de campo

Como mencionado anteriormente, a disciplina propõe dois trabalhos de campo, sendo um que abarca instituições na metrópole de São Paulo e outro, mais longo, centrado no sertão mineiro. Ambos os trabalhos de campo são voluntários e a construção deles pode variar de acordo com o que for estabelecido nas conversas do GT. No entanto, cabe mencionar que são sugeridos locais que compõem, há anos, as atividades de campo da disciplina Migrações e Trabalho.

O campo na metrópole, focado em entender as particularidades e o desenvolvimento histórico da mobilidade do trabalho em São Paulo, inclui em seu roteiro uma visita ao Arsenal da Esperança e ao Museu do Imigrante, instituições sediadas no bairro da Mooca. Essas construções abrigavam a antiga Hospedaria dos Imigrantes da cidade de São Paulo no século XX. O prédio mais próximo à antiga ferrovia, por onde chegavam os imigrantes, deu lugar ao Museu da Imigração cuja exposição vem se renovando ano após ano, permitindo reconhecer uma renovação das perspectivas do campo de estudos migratórios no acervo exposto. No restante do perímetro da instituição, as instalações seguem sendo usadas como refeitório e dormitório para acolher homens em situação de rua pelo Arsenal da Esperança desde 1996. Até os anos 1930 os usuários eram majoritariamente oriundos de outros países. Daí em diante o

perfil se alterou para migrantes internos, de origem rural que se dirigiam à capital paulista no processo de formação da mobilidade e da territorialidade do trabalho urbano assalariado. Atualmente, com a redução da migração interna, a gestão do Arsenal nos informou que a maioria dos acolhidos não são mais necessariamente enquadrados enquanto migrantes, mas sim dependentes químicos em situação de vulnerabilidade. Assim, o histórico da instituição tem potencial de explorar as transformações do processo de imposição do trabalho no Brasil e sua crise, que são abordadas pela disciplina (cf. Heidemann, 2004; Giavarotti, 2016).

Outro local visitado é a Missão Paz, localizada na Baixada do Glicério, no bairro da Liberdade. Inicialmente projetada pela Igreja Católica com o objetivo de abrigar a população italiana que chegava a São Paulo, a instituição, assim como o Arsenal da Esperança, acompanhou o desenvolvimento da metrópole paulistana, passando a acolher também migrantes internos. A partir da fundação da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (Avim), em 1974, pelo padre scalabriniano Alberto Zambiazi, a Missão Paz passa a se especializar naquilo que justifica como sendo sua prioridade, o acolhimento de imigrantes internacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade na capital, seja em decorrência da condição de refúgio ou por motivos que dificultam sua integração. Interessa destacar que tal transformação da instituição coincide com o crescimento dos fluxos de imigrantes vindos tanto da América Latina, de início destacadamente bolivianos, mas também venezuelanos, peruanos e colombianos, quanto, na sequência, de diferentes países do continente africano e, mais recentemente, do Haiti.

Esses aspectos permitiram, posteriormente, nos debates de sala de aula, aprofundar teoricamente as migrações e as particularidades históricas da formação do território do Estado nacional brasileiro. Em um primeiro momento, abordamos a necessidade de mobilizar a população tendo em vista o fim do tráfico de escravizados, seguida pela necessidade de adensamento populacional para a industrialização e a urbanização e, posteriormente, às suas necessidades de gestão de populações excedentes do ponto de vista do capital. Além disso, foi possível estabelecer importantes comparações entre as migrações internacionais, primeiramente de populações europeias e japonesas, e, atualmente, de países de origem colonial. Outro exercício importante é a comparação da maneira como as diferentes discussões

sobre a migração, assim como as diferentes práticas e narrativas, recaem de maneiras distintas em cada local visitado, abrindo margem para pensar as formas que as migrações assumem no interior de uma mesma metrópole.

Como o campo na metrópole tem um roteiro mais institucional, é na proposta de campo no sertão mineiro que a autonomia dos estudantes assume maior protagonismo e o processo de formação para pesquisa ganha contornos mais claros. Em função disso, o campo para o sertão mineiro está sujeito a ainda mais variações. Desde as primeiras excursões para o município de Morro da Garça (MG), organizados pelo professor Dieter Heidemann a partir de 2002, os campos assumiram diferentes formas, tanto em decorrência das mudanças no sertão mineiro quanto pela intervenção dos estudantes na proposta de atividade. As primeiras saídas foram organizadas com cerca de 50 alunos e tinham como tema principal a articulação entre geografia, sociedade e literatura, possibilitada pela obra de Guimarães Rosa (principalmente o romance Grande Sertão: Veredas, 2019; e o conto O Recado do Morro, 2007). Com o passar dos anos foi possível construir um acervo sobre o trajeto e o município, composto por novas referências para os grupos recentes. Nas últimas saídas para o campo, além da articulação com a literatura do sertão roseano, o trabalho de campo tem tido como um dos eixos centrais a subordinação do município e do estado de Minas Gerais à cadeia produtiva do ferro.

Verifica-se como a crise na cadeia produtiva do ferro impacta atividades diretamente associadas, como a silvicultura, e tem reconfigurado as condições e possibilidades de vida dos sujeitos no sertão sob o qual essa monocultura se espraia. Essas condições, entretanto, já vinham sendo alteradas anteriormente pela própria expansão desse circuito, com a substituição de roçados familiares e da pecuária extensiva pelas monoculturas de eucalipto e pelas carvoarias que abastecem de matéria-prima as siderúrgicas de Sete Lagoas (MG) (cf. Rodrigues, 2024; Leite, 2010). O déficit entre a população natural de Morro da Garça e a população efetivamente residente é sentido sobretudo pelos moradores mais antigos, que relatam a transformação do cotidiano que acompanha a territorialização do eucalipto, bem como as novas alternativas buscadas pelos sujeitos diante da crise.

Nesse cenário, o campo no Morro da Garça tem sido pensado a partir de um roteiro de campo semiestruturado que considera a relevância da cadeia produtiva do ferro para o estado, o que influencia na escolha dos locais prioritários de visitação. Por essa razão, no ano de 2025 (ver tabela 2) os alunos visitaram o acampamento Pátria Livre do Movimento Sem Terra (MST), impactado pelos rompimentos de barragem de rejeitos da extração do minério, que ocorreram no estado de Minas Gerais. No trajeto seguinte rumo ao Morro da Garça (e no município em si) os estudantes foram provocados a observar elementos associados a essa dinâmica mineral, como a presença de siderúrgicas e plantações de eucalipto.

Tabela 2: Roteiro de campo no ano de 2025

Dia	Manhã	Tarde	Noite
11/11 - Terça	-	-	Saída as 21 horas
12/11 - Quarta	Visita ao acampamento Pátria Livre (MST)	Ida para o município Morro da Garça	Momentos para atividades autônomas dos discentes
13/11 - Quinta	Campo em Curvelo e/ou conversa com o poder executivo local	Visita ao Museu Guimarães Rosa, em Cordisburgo	Roda de conversa + Preparação para subida ao morro
14/11 - Sexta	Subida ao Morro da Garça	Visita as às áreas de plantação de eucalipto e carvoarias	Atividades autônomas + Roda de conversa
15/11 - Sábado	Gruta do Maquiné	Atividades autônomas	Atividades autônomas + Roda de conversa
16/11 - Domingo	Retorno	-	-

Fonte: arquivos da disciplina (2025). Organizado pelos autores.

Embora o roteiro de campo contemple propostas de atividades conjuntas, sua organização permanece aberta às demandas das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes. Para isso, os grupos podem optar por substituir atividades coletivas, como a visita ao Museu ou à carvoaria, por atividades organizadas por eles próprios, de acordo com seus objetivos de investigação. Outras programações, por outro lado, são mais rígidas, como é o caso das rodas de conversa. Ao final da programação de cada dia, a turma se reúne com o professor e os monitores, a fim de discutir quais foram os avanços e desafios de cada grupo, compartilhar experiências, dicas e provocações de pesquisa, com incentivo do docente para que o diálogo não seja unilateral e envolva todos os membros do campo.

Procedimentos adotados no pós-campo

Os procedimentos adotados após o campo constituem o momento de sistematização final do esforço de pesquisa e reflexão teórica desenvolvido durante a disciplina. É ali que os grupos retomam as questões formuladas no pré-campo, sistematizam as fontes coletadas e procuram confrontá-las com as discussões teóricas realizadas ao longo da disciplina. Esta etapa representa, nesse sentido, um momento fundamental para a reformulação da questão inicial de pesquisa em confronto com a tese geral que orienta a disciplina.

Nas aulas posteriores ao campo, o foco é selecionar e organizar as fontes coletadas durante a atividade. Em diálogo com o professor e os monitores, os grupos discutem quais materiais podem ser incorporados ao relatório final. Do ponto de vista docente, a avaliação dos relatórios de campo permite a reflexão sobre a maneira que cada grupo se apropriou da metodologia proposta, como mobilizaram e articularam os momentos de autonomia com o desenvolvimento do tema investigado, de que maneira se sentiram à vontade para confrontar o referencial teórico apresentado na disciplina com as fontes de pesquisa obtidas em campo. É de nosso interesse enfatizar que esse momento de autorreflexão, para além da avaliação de cada grupo, permite repensar possíveis adaptações e alterações da própria proposta teórica-pedagógica para os anos seguintes. Esta última não configura, portanto, uma fórmula acabada, e sim uma construção permanente.

Ao nosso ver, a maneira como os grupos têm se apropriado e desenvolvido a discussão tem sido bastante positiva. Como maneira de exemplificar isso, gostaríamos de mencionar a trajetória até a sistematização final de dois grupos do ano de 2025 presentes na tabela 1: *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* e *A modernização da violência e a violência da modernização em Morro da Garça*.

A pesquisa do grupo denominado *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* tinha como proposta inicial investigar as festividades e manifestações culturais do município. Durante a preparação do pré-campo, ainda em sala de aula, o grupo formulou a hipótese de que essas práticas muito provavelmente haviam sofrido alterações com as mudanças nas relações produtivas do município, que passou a ter menor

participação da produção familiar agrícola e maior presença de atividades ligadas à silvicultura, às carvoarias e à formação de pastagens.[7]

A hipótese inicial desse grupo considerava que antigas práticas culturais, como a Folia de Reis, a Festa da Lavoura e o canto de trabalho conhecido como Guaianas, não eram constituídas de violência econômica por não serem produzidas enquanto mercadorias, tendo uma apropriação mais espontânea e acessível que acompanhava os diferentes momentos do cultivo. O grupo tinha como hipótese que essas práticas haviam sido transformadas com a introdução de novas relações de trabalho e a mecanização da produção que levaram a cultura a ser mercadoria de consumo e produzida por profissionais especializados.

As experiências do trabalho de campo, por meio das visitas aos espaços culturais, do contato com grupos locais e do levantamento de fontes, colocaram novas questões à interpretação inicialmente proposta. No pós-campo, as discussões nas plenárias com colegas, docentes e monitores contribuíram para aprofundar essa problematização e reformular a hipótese original. A investigação permitiu identificar que, de fato, houve uma mudança na maneira como as manifestações artísticas são consumidas e produzidas no município, tornando-se grandes espetáculos que movimentavam a economia da cidade. No entanto, os alunos reformularam a dedução prévia quando observaram que essas antigas manifestações culturais, embora fossem vinculadas às práticas cotidianas do trabalho na lavoura, carregavam contradições constitutivas das antigas relações de produção no campo, também violentas.

Mesmo quando não eram organizadas segundo a lógica de produção e consumo de mercadorias que caracteriza os atuais grandes eventos do município, essas manifestações preservavam marcas das relações de violência entre proprietários de terra e meeiros, atravessadas pela expropriação e pela subordinação do trabalho. Desse modo, a investigação passou a considerar que as transformações produtivas e a dissolução de determinadas formas de sociabilidade vinculadas à agricultura familiar não significaram o desaparecimento das relações de violência que historicamente estruturam o campo brasileiro. Essas relações, que as alunas articularam às formulação do texto do Francisco de Oliveira (1977), antes eram manifestas em

[7]À essa altura, os grupos já haviam revisado o material acumulado da disciplina e tinham uma noção breve das transformações que o sertão mineiro passou nas últimas décadas, acúmulo que contribui para a construção das questões de pesquisa e suas hipóteses.

vínculos pessoais e diretos entre proprietários e trabalhadores, mas agora assumiram novas mediações diante das transformações da organização produtiva e da modernização do município.

Assim, na sistematização final, as alunas puderam observar um padrão específico de subordinação ao processo de modernização no Morro da Garça, que inclui a sua articulação com as antigas formas de sociabilidade que imperavam no município. As antigas manifestações, não necessariamente idílicas como se esperava, também carregavam formas de violência e subordinação do corpo, mas em uma territorialidade em que ainda não se havia universalizado o dinheiro e a mercadoria como categorias de mediação social obrigatórias.

Outra trajetória que ajuda a ilustrar a experiência da proposta teórica-pedagógica é a do grupo denominado *A modernização da violência e a violência da modernização em Morro da Garça*. Os alunos colocaram como objetivo investigar se foi violenta a modernização implicada na territorialização do capital no município e, ao mesmo tempo, investigar se essa mesma modernização poderia estar articulada a um processo de juridificação das relações que altera o caráter e a legitimidade do uso da violência. Para tanto, o grupo procurou construir contatos com moradores antigos da cidade que atuavam como representantes do poder público local, como uma ex-vereadora da cidade e um ex-prefeito, este último o primeiro policial no Morro da Garça. Os interlocutores relataram um período no qual o município era uma "terra de matador", em que bandos criminosos resolviam diferenças e conflitos a mando de fazendeiros locais, cenário comum nos romances e contos de João Guimarães Rosa (2019).

Segundo os interlocutores de campo, a situação de violência passou a ser reconfigurada com a chegada do aparato policial, ação paralela à modernização do território nacional promovida pela Ditadura Militar. Conforme também foi sugerido pelas interlocuções do grupo anteriormente mencionado, essa situação é apontada como o marco que enseja uma nova dinâmica a partir da chegada dos projetos econômicos associados à monocultura do eucalipto para abastecimento das siderúrgicas.

Assim, reconhecendo como as limitações relacionadas ao tempo e a inexperiência com procedimentos de pesquisa de campo dificultam a reconstituição de uma territorialidade particular, o grupo interpretou que a violência policial na Ditadura Militar surge no Morro da

Garça como elemento necessário para compor um espaço considerado "seguro" para a mobilização do trabalho pelo capital investido nesses projetos. Em diálogo com Vainer (1984), o grupo notou como a territorialização do capital impulsionada pelo planejamento da Ditadura Militar cumpriu um papel único na redefinição da legitimidade da violência, relacionando a criação de um aparato policial que ocupa essa função à necessidade de impor a internalização da mobilidade do trabalho aos trabalhadores das novas cadeias produtivas que chegavam à região.

Estes dois exemplos foram selecionados pois ajudam a ilustrar como a crítica das formas de conhecimento que acessam a realidade das migrações, trabalhada em sala de aula, se vincula a uma concepção de trabalho de campo que estimula os discentes a refletirem sobre as possibilidades e limites das fontes que permitem construir um conhecimento sobre o objeto da pesquisa, sejam elas escritas ou orais. Igualmente, buscamos estimular a reflexão sobre as categorias econômicas que permitem reconhecer os nexos e contradições que dão um sentido a explicação da realidade, explorando a perspectiva da mobilidade e crise do trabalho como condição que perpassa os sujeitos, inclusive o pesquisador, articulando-os a uma totalidade em processo que transforma as condições de exercício dessa mobilidade, sem que disso tenham consciência.

É importante ressaltar, por fim, que a elaboração desses relatórios posteriormente ao campo permite que os resultados produzidos por uma turma não se encerrem no próprio período letivo. Ao serem incorporados ao acervo de trabalhos já produzidos sobre o sertão mineiro, esses materiais passam a compor um acúmulo que pode ser retomado pelas turmas seguintes da disciplina. Os trabalhos selecionados para discussão acima, assim como outros elaborados em 2025, já foram disponibilizados para os alunos que cursaram a disciplina em 2026.

Reflexões finais

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar o potencial teórico-pedagógico da nossa proposta para confrontar duas questões que perpassam o ensino superior.

Reconhecemos a necessidade da luta contínua no processo de ampliação das estruturas universitárias. Além de permitir a permanência de uma diversidade cada vez maior de estudantes, esta disputa deve incluir a ampliação do quadro docente e das condições de trabalho destes, sendo esse um aspecto necessário para garantir a qualidade do ensino e da formação crítica. Demonstramos como a estabilidade dos servidores e a ampliação das políticas de permanência têm sido interpretadas como gastos dispensáveis, questão que impõe a tarefa de ampliar a nossa luta nessa disputa pela concepção de universidade. Enquanto isso, nos esforçamos para pensar metodologias de ensino que sejam conscientes das mediações sociais que atravessam a universidade e a carreira em Geografia, buscando construir maneiras de dar aos alunos o acesso a condições mínimas para a sua formação enquanto sujeitos críticos. No entanto, defendemos também que essa luta deve ser consciente das suas limitações.

Compreendemos que não basta cobrar do Estado um novo modelo de educação, interpretando-o como um mero agente mediador, tendo em vista que tanto ele quanto a universidade se mediam pela mercadoria, pelo dinheiro e, portanto, constituem o processo de valorização do capital em crise. É preciso refletir criticamente sobre a condição de violência sob a qual essas estruturas foram criadas. Não podemos nos limitar a cobrar por condições mais dignas de existência em uma sociabilidade que se organiza a partir da subordinação do sujeito ao trabalho. Nesse sentido, buscamos enfatizar uma crítica já realizada por Gaudemar (1977) e também por Heidemann (1998) acerca das lutas que se limitam às reivindicações por melhores condições de educação, sem considerar que esta é também um dispositivo que atua para a mobilidade do trabalho.

Ambos os autores oferecem elementos para pensar como as ampliações de instituições de ensino ocorrem em paralelo com a constituição de uma população trabalhadora disponível para concorrer pelos postos de trabalho e, nesse sentido, constituem-se enquanto sujeitos mobilizados conforme as necessidades da acumulação. As instituições de educação, assim como a nossa proposta teórico-pedagógica, não se encontram, portanto, exteriores à relação capitalista, mas constituem uma de suas formas particulares de reprodução e por esse motivo dificilmente irão subsidiar uma emancipação dos sujeitos.

Essa crítica não significa desconsiderar o efeito do acesso à educação para o sujeito, tendo em vista que esta permite melhorar as condições de diferentes grupos sociais. Trata-se, contudo, de reconhecer que a melhoria dessas condições não elimina as relações sociais que determinam a própria existência da instituição escolar, mas pode constituir parte de seu funcionamento esperado (Gaudemar, 1977; Heidemann, 1998).

É a partir dessa compreensão que, na sala de aula, os pesquisadores precisam adquirir consciência de uma totalidade que também incide sobre a sua própria condição e, portanto, ponha em questão a concepção de que os sujeitos pesquisadores são alheios aos fenômenos em investigação. A articulação entre a crítica das condições do ensino e a crítica da sujeição ao trabalho é, assim, constitutiva da proposta pedagógica. O mesmo referencial teórico que permite questionar a autonomia aparente da universidade permite questionar a autonomia aparente dos fenômenos migratórios e dos sujeitos pesquisadores(Gaudemar, 1977; Heidemann, 2004). Em ambos os casos, trata-se de compreender as formas particulares a partir das relações sociais que as constituem historicamente. O trabalho de campo ganhou, nesse movimento, uma dimensão teórico-pedagógica específica, pois possibilita aos estudantes investigar como determinações gerais se realizam de maneira particular nos territórios e como as particularidades encontradas podem colocar em questão a própria formulação inicial da pesquisa.

Isso também define os limites da experiência apresentada. A estratégia pedagógica proposta não pretendeu resolver os problemas estruturais que atravessam a universidade pública e tampouco produzir, por meio de uma reorganização do ensino, uma superação da crise de valorização.

A superação das determinações que produzem a precarização da educação exige uma crítica que alcance as formas sociais que sustentam sua reprodução (Kurz, 2005) os quais podem ser esboçadas a partir do referencial teórico adotado, estando aí o limite da nossa contribuição. Para esse último objetivo, a crítica precisa alcançar a forma-mercadoria, o dinheiro, o trabalho abstrato e as relações sociais que encontram no Estado e na universidade formas particulares de existência. Do mesmo modo, a crítica das migrações precisa alcançar as

determinações que produzem a mobilidade do trabalho, sem reduzir os deslocamentos às suas manifestações imediatas.

Vale sintetizar, enfim, que este texto carrega tantas contradições quanto a sociedade que o produziu. Lutamos por melhores condições de educação e universidade, mesmo reconhecendo que nossas conquistas não alcançam a radicalidade necessária para suprimir completamente as formas de violência que o capital nos impõe.

Embora essa luta ainda componha o escopo das relações sociais que criticamos, não ignoramos tampouco deixamos de expor os limites da nossa própria atuação. Justamente por isso reivindicamos a radicalidade da crítica e fazemos da universidade – ela própria uma forma particular de existência das relações capitalistas – um lugar para projetá-la.

Referências

AGOPYAN, V; TONETO JUNIOR., R. O desequilíbrio financeiro da Universidade de São Paulo: origens e medidas de ajuste. Revista USP, 2015

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 44-76.

COSTA, C. F. da; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **REad. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019.

GAUDEMAR, J. P. de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GIAVAROTTI, D. M. A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera. **Revista Askesis**, v. 5, n. 1, p. 45-56, 2016. Disponível em https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/107.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **MIGRAÇÕES: discriminações e alternativas.** São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. In: **MIGRANTES EM CONTEXTOS URBANOS: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 15-33.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, 2017, p. 93-104. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/57.

KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Original em alemão: Die Unselbständigkeit des Staates und die Grenzen der Politik. Em: www.exit-online.org. Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", agosto de 1994, publicado na revista **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, maio de 1995. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kurz/1994/08/90.htm#topp

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações.** Porto Alegre, 2005. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 25-36.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor.** Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEITE, A. C. G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/.

LEITE, A. C. G. et al. A mobilidade revisitada: capital, trabalho e subjetivação. **Geografares**, n. 24, p. 5–21, 15 dez.2017.

LEFEBVRE, H. **Posição: contra os tecnocratas.** São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MARTINS, J. S. O voo das andorinhas. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986. p. 43-61.

MARX, Karl. O capital, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society**, v. 48, n. 2, p. 167-227, June 1885.

RODRIGUES, T. **Quadrilátero Ferrífero, a região catastrófica:** interpretações sobre a recorrência dos problemas com barragens entre os anos de 2014 e 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ROSA, J. G. **O recado do morro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. **Grande sertão: veredas – "O diabo na rua, no meio do redemoinho"**. 22a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHOLZ, R. Forma social e totalidade concreta – na urgência de um realismo dialético hoje [Gesellschaftliche Form und konkrete Totalität]. **Revista Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft**, Editora Horlemann, Alemanha, número 6, 2009. Tradução de Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul Israel. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975. p. 29-60. Publicado originalmente em 1973.

SORRE, M. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

VAINER, C. B. Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória. **Cadernos PUR**, v. 1, n. 1, p. 6-43, 1984.

Como citar este artigo:

TOLEDO, Carlos de Almeida; HEIDEMANN, Heinz Dieter; REIS, Camilla Milene Sales; LUCENA, Vinicius Teotonio. Trabalho de Campo, Migrações e Marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo, v. 116, p. 224-259, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/zt2pkj11

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 05 de novembro de 2026

Sobre os autores: Dieter Heidemann e Carlos Toledo são professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ambos responsáveis pela disciplina Migrações e Trabalho. Camilla Reis e Vinicius Lucena são alunos do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e coordenadores do GT de Trabalho de Campo da Associação dos Geógrafos Brasileiro - Seção Local São Paulo.

Financiamento: Declaramos que o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil (Processo nº 2024/03922-0); e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil (Processo nº 88887.014984/2024-00).

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar